

<b>CONSELHO GESTOR PARAISÓPOLIS</b>  <b>Ata de Reunião</b>	<b>Local:</b> Rua Rudolf Lotze, 911 (Sede do consórcio)	<b>Data:</b> 05/10/2004
		<b>Horário:</b> 17:30
	<b>PARTICIPANTES:</b> Lista de presença em anexo	<b>Autor:</b> Ana Paula Bruno
		<b>Folha:</b> 1/3
<b>COORDENAÇÃO:</b> Elma Gomes de Oliveira		

<b>PAUTA :</b> 1) Leitura e aprovação da Ata da Reunião de 03/08/04; 2) Áreas de Risco – Informes; 3) Informes (formalização do Conselho); 4) Discussão sobre o papel do Conselho e o andamento dos trabalhos; 6) Sugestões de inclusão na pauta da próxima reunião.
--

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>Referência :</b>	<b>Autor</b>
1. Leitura da Ata da reunião realizada em 14/09/2004. Aprovada por aclamação, com as seguintes ressalvas: No item 06, que trata da apresentação dos trabalhos já produzidos pelo Consórcio, foi solicitada a substituição do termo “ <b>perseguido</b> ” por “ <b>conquistado</b> ” e a caracterização dos “ <b>Agentes Comunitários</b> ” com o acréscimo da expressão “ <b>do Projeto de Urbanização</b> ”, para diferenciá-los dos Agentes Comunitários de Saúde. No item 07, que trata das áreas de risco no Grotinho, foi proposta nova redação para a expressão “ <b>que toda a área de Paraisópolis, com exceção das ruas, é particular, inclusive os córregos</b> ”, da seguinte forma: “ <b>que toda a área de Paraisópolis, com exceção das ruas, é particular e que os córregos também atravessam lotes particulares</b> ”, a fim de tornar mais clara a informação.	Votação	Conselheiros presentes
2. Com relação aos córregos que atravessam áreas particulares, Malú (Habi) esclareceu que a Prefeitura legisla sobre as faixas “non edificandi”, ou seja, sobre as restrições quanto à ocupação ao longo dos cursos d’água, o que não afeta (não altera) a propriedade dos terrenos, e, conseqüentemente, as responsabilidades relativas à guarda e manutenção dos mesmos.	Esclarecimento	Maria Lúcia (Sehab/ Habi)
3. Quanto à legalidade do atendimento pelo Poder Público às famílias em situação de risco no Paraisópolis (área particular), foi sugerido pela Dra. Lúcia, conselheira representante da Secretaria de Negócios Jurídicos, o seguinte encaminhamento: consulta à Procuradoria Jurídica do Município, solicitando, em nome do Conselho, parecer sobre a questão. Dra. Lúcia colocou que não é atribuição do Conselho legislar sobre o assunto, mas solicitar encaminhamentos/ definições aos órgãos responsáveis. Não foi definida pelo Conselho a adoção deste encaminhamento.	Sugestão de encaminhamento	Lúcia Azevedo (SJ)
4. Informado que a formalização do Conselho está em tramitação. Elma colocou a importância do fortalecimento do Conselho, para garantir a continuidade dos trabalhos numa eventual mudança de administração. Muitos conselheiros se manifestaram a respeito do papel do Conselho e dos conselheiros. Foi colocada: <ul style="list-style-type: none"> <li>• A importância de se discutir papéis: com o que cada conselheiro e seu segmento correspondente pode contribuir na construção de alternativas e soluções;</li> <li>• A importância e a necessidade de que a cada reunião fossem feitas discussões sobre material gráfico (plantas e mapas), na perspectiva de definir alternativas de intervenção, já que o Conselho tem como foco a construção de um Plano para a área;</li> <li>• A necessidade de se estabelecer limites temporais para a realização de diagnósticos, e de se investir no avanço do projeto, uma vez que a favela é dinâmica e sempre haverá novos dados para o diagnóstico.</li> </ul>	Informe e Discussão	Conselheiros presentes

<b>CONSELHO GESTOR PARAISÓPOLIS</b>  <b>Ata de Reunião</b>	<b>Local:</b> Rua Rudolf Lotze, 911 (Sede do consórcio)	<b>Data:</b> 05/10/2004
		<b>Horário:</b> 17:30
	<b>PARTICIPANTES:</b> Lista de presença em anexo	<b>Autor:</b> Ana Paula Bruno
		<b>Folha:</b> 2/3
<b>COORDENAÇÃO:</b> Elma Gomes de Oliveira		

DESCRIÇÃO	Referência :	Autor
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A necessidade de serem articuladas ações paralelas à execução do Plano e do Projeto, sobretudo quando se tratar de questões emergenciais, através do engajamento das diversas secretarias, órgãos e entidades representadas no Conselho (EX: Eletropaulo – gambiarras; Sabesp – esgoto; Limpurb – lixo e educação ambiental; Questão Fundiária – SJ e proprietários etc.);</li> </ul>		
<p>5. Malu, conselheira representante de Sehab/ Habi, esclareceu que o contrato está se dando no tempo e que a readequação dos prazos se deu devido ao aumento do número de domicílios inicialmente previstos. Colocou que Sehab/ Habi normalmente articula ações relacionadas aos projetos de urbanização com outras Secretarias e Concessionárias de Serviços Públicos. Que um dos objetivos da urbanização é levar serviços à porta de cada domicílio e que as obras de infra-estrutura em favelas (redes públicas) são todas custeadas pela Secretaria da Habitação, e não pelas concessionárias, como no restante da cidade. Quanto ao “inchaço” da comunidade, colocou que o cadastro “congela” os domicílios que serão considerados e atendidos no projeto. Marisa, conselheira representante de Sehab/ Habi, colocou que a Superintendência de Habitação deve ter cuidado na divulgação dos dados do cadastro, para que não circulem informações inconsistentes. Quanto ao papel dos conselheiros, ressaltou a importância dos conselheiros atuarem como representantes de seus segmentos, divulgando e trazendo informações e propostas para as reuniões de Conselho.</p>	Esclarecimentos	Malu e Marisa (Sehab/ Habi)
<p>6. Nina, representante da Secretaria de Obras/ Limpurb, colocou que outras Secretarias podem apresentar colaborações independentemente do Projeto de Urbanização, projeto este que motivou a formação do Conselho e que tem um tempo mais longo de elaboração. No caso de Limpurb, a nova Concessão de Lixo, já contratada e em vias de ser implantada, prevê coleta porta a porta em todas as favelas da cidade, com a contratação de moradores das comunidades como coletores, projetos de coleta seletiva, Ecopontos, projetos de educação ambiental etc.</p>	Informes – Nova Concessão de Lixo	Nina (Limpurb)
<p>7. Waldomiro, representante da Secretaria de Esportes, solicitou registro de sua saída da reunião, e informou que trará consigo propostas de ações e posicionamentos da Secretaria na próxima reunião.</p>	Informe	Waldomiro (SEME)
<p>8. Marco Antônio, conselheiro representante dos proprietários de imóveis, colocou que a Prefeitura fez avanços enormes na perspectiva de solucionar o problema fundiário, independentemente do avanço do Projeto, tal como a possibilidade de doação de terrenos através do instrumento de transferência de potencial construtivo previsto no PDE (Plano Diretor Estratégico). Marco, estagiário do Convênio Jurídico XI de Agosto, informou o Conselho sobre os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelo Convênio Sehab/ XI de Agosto de assistência jurídica gratuita à população moradora de uma quadra da comunidade Paraisópolis (Quadra do “Homero” e da UBS Paraisópolis). A equipe do convênio, formada por cinco estagiários e um advogado, está em vias de impetrar ação de usucapião coletivo via uma associação dos moradores da</p>	Questão Fundiária	Marco Antônio, Marco (XI de Agosto), Lúcia Azevedo, Maria Lúcia, Marisa

<b>CONSELHO GESTOR PARAISÓPOLIS</b>  <b>Ata de Reunião</b>	<b>Local:</b> Rua Rudolf Lotze, 911 (Sede do consórcio)	<b>Data:</b> 05/10/2004
		<b>Horário:</b> 17:00
	<b>PARTICIPANTES:</b> Lista de presença em anexo	<b>Autor:</b> Ana Paula Bruno
		<b>Folha:</b> 3/3
<b>COORDENAÇÃO:</b> Elma Gomes de Oliveira		

DESCRIÇÃO	Referência :	Autor
<p>quadra constituída para esse fim. A opção pelo instrumento do usucapião coletivo se deu pela impossibilidade de individualização dos lotes e pelo tratamento único a todos os moradores. O prazo médio para concretizar a ação é de cinco anos.</p> <p>Lúcia, representante de SJ, colocou a impossibilidade de se definir um único instituto para a regularização fundiária, dada a complexidade de situações encontradas no Paraisópolis. Cada caso deve ser tratado em suas especificidades.</p> <p>Maria Lúcia, representante de Sehab/Habi, informou que o Consórcio deve produzir uma base com a sobreposição do loteamento original e a ocupação real para auxiliar a compreensão e a solução da questão fundiária.</p> <p>Marisa, representante de Sehab/Habi, informou que a selagem e o cadastro permitem a identificação do lote real e de seus ocupantes, e que o cadastro inclui uma série de questões voltadas à coleta de dados sobre o aspecto fundiário, tais como tempo de ocupação, ações de usucapião e reintegração de posse etc.</p> <p>9. Beatriz, representante dos proprietários de imóveis, solicitou posição da Subprefeitura quanto aos encaminhamentos dados à questão do Grotinho. Representantes da Subprefeitura informaram que foram realizadas vistorias na área do aterro e que a desobstrução da manilha é problema de difícil solução. Ricardo Bittar colocou que não foram localizados os poços de visita e que o reparo da manilha só é possível através da escavação de um trecho do aterro e execução de nova manilha. Márcia informou que a Subprefeitura solicitou através de processo administrativo verba de atendimento para 120 famílias e está no aguardo de resposta, e que Paraisópolis está sendo tratada como prioridade. Colocou ainda que devem ser acordadas com a comunidade estratégias para congelamento da área que será removida. Beatriz se disponibilizou a realizar nova vistoria na área para identificação do trajeto e dos poços de visita da galeria. Elma se comprometeu a buscar recursos e alternativas de atendimento às famílias, paralelamente à Subprefeitura, na perspectiva de realização de trabalhos conjuntos. Alguns conselheiros presentes sugeriram que assuntos emergenciais ou específicos sejam tratados em fóruns menores, que sejam montadas comissões para esses fins, pois as discussões se alongam demais e prejudicam o andamento dos trabalhos do Conselho.</p>	Encaminhamentos – Grotinho	Conselheiros presentes